

CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE DA LICENCIATURA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFAL (2006-2018)

Monike Bayma Marques
Cibele Maria Lima Rodrigues

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo geral investigar o processo de formação docente do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL, buscando entender a sua trajetória de construção curricular. Para tanto, foi utilizada como referência os estudos pós-críticos de currículo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que pode ser caracterizada como histórica e que tomou-se como base a análise de documentos – das chamadas “grades curriculares” e os três projetos político-pedagógicos existentes desde a fundação do curso de forma específica (2006-2011, 2012-2017 e 2018 até os dias atuais). Ressalta-se que o referido curso é o único responsável pela formação dos professores de Sociologia que atuarão no ensino médio no estado. Na análise histórica, concluiu-se que o fato de ingressarem docentes com formação específica em Licenciatura em Ciências Sociais fez com que fossem inseridos conteúdos programáticos que possibilitam maior integração entre teoria social e prática de ensino (buscando sanar uma lacuna na formação que era muito teórica e com poucos elementos de transposição didática). Essa mudança também está em sintonia com o contexto nacional de re-inserção da obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio e do campo de saber que foi constituído (inclusive na criação de encontros, publicações, entre outros). Considera-se que o curso iniciou em 2006 porque houve uma separação oficial, com projeto e grade curriculares específicas, antes a licenciatura era uma “modalidade” opcional do curso. Em relação ao primeiro projeto de curso,

em 2006, tem-se como contexto um quadro de docentes que não tinham formação específica em Licenciatura e uma discussão em torno da formação para a cidadania (uma formação crítica, desnaturalizando as desigualdades). Esse também era o contexto do início do governo Lula, no qual essa questão está no centro dos debates. No segundo projeto (2012), a cidadania permanece, mas a tônica está relacionada com os direitos humanos e relações de poder, incluindo o debate das diversidades culturais, da sexualidade e meio ambiente – incorporando a legislação vigente. Inclui a disciplina sobre a profissão docente que se mantém no projeto seguinte, amplia o leque das disciplinas no campo educacional. O terceiro projeto (2018) é elaborado em um contexto de retrocessos políticos – do golpe e a contra-reforma do ensino médio que diminui a importância da Sociologia. Esse projeto busca atender a uma resolução do Conselho Nacional de Educação (n. 2/2015). O texto mantém as questões anteriores e reforça a formação crítica diante das desigualdades, a necessidade de formação interdisciplinar. Chama a atenção a inclusão de disciplinas de práticas de ensino a partir do segundo semestre e que se mantém até o final (exigido na legislação), mas também a inclusão de outras disciplinas do campo educacional.

DESENVOLVIMENTO (APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO, RESULTADOS E REFLEXÃO)

O Ensino de Sociologia tem se constituído como campo de estudo que tem se fortalecido ao longo dos anos, principalmente, com a introdução da obrigatoriedade disciplina de Sociologia nos currículos do Ensino Médio, a partir de 2008, com a lei 11684/2008. Dentro desse contexto, uma preocupação se dá no que diz respeito à formação dos professores de Sociologia que irão atuar na educação básica.

Desde sua criação em 1994, até 2006 no curso de Ciências da Universidade Federal de Alagoas foram feitas várias reformulações na oferta das disciplinas, mas nada que mudasse a lógica tradicional da formação acadêmica centrada no bacharelado, o que caracterizava uma hierarquização entre atividades de pesquisa e atividades de ensino, entre graduação e pós-graduação. Durante muitos anos, a grade curricular do curso foi estruturada por áreas de concentração

ou ênfase. A partir do terceiro ano se deveria optar por cursar umas das três áreas de concentração (Antropologia, Sociologia ou Ciência Política).

No ano de 2006, houve uma reforma institucional da Universidade Federal de Alagoas, onde o antigo Departamento de Ciências Sociais transformou-se em Instituto de Ciências Sociais, conquistando mais autonomia, aspecto importante para a expansão e qualificação do curso de Ciências Sociais. Com essa mudança foram criados dois cursos distintos (Bacharelado e Licenciatura), inclusive com coordenações específicas (o que não é comum em todas as universidades). Assim, o que antes era tratado como “habilitações” passaram a ser cursos específicos, com grades curriculares próprias, respeitando as singularidades da distinção e considerando os pontos em comum.

A separação tornou a Licenciatura mais autônoma e com características próprias, o que ocorreu a partir da aprovação do seu primeiro projeto político pedagógico autônomo, em 2006. Por se tratar da criação de um novo curso se passou a exigir um Projeto Político Pedagógico específico – após as mudanças ocorridas em 2006. A criação de cursos de Licenciaturas em Ciências Sociais substituiu a ideia de ser apenas uma “modalidade”. A Licenciatura estava posta como habilitação a partir da Reforma Universitária de 1968 (Parecer n 327/68). Já naquele momento tinha como objetivo propiciar a formação para atuação no ensino médio, inclusive na disciplina de Moral e Cívica (singularidade da ditadura militar).

Esse histórico não é específico do Curso de Ciências Sociais da UFAL é uma lógica que se configurou de forma nacional. As mudanças surgem no contexto no qual a política indicava a necessidade de formar profissionais aptos para atuarem “no magistério da Educação Básica”. Também se alinha ao que já estava preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, em 2001, para os cursos de graduação em Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política, Sociologia) no que diz respeito ao perfil dos formandos e às competências e habilidades específicas para a Licenciatura.

Diante desse histórico, a pesquisa realizada por Bodart (2018) com 104 professores de Sociologia no estado de Alagoas constata a importância de aprofundarmos estudos nesse campo. No referido estudo (idem) foram constatadas diversas dificuldades no que

diz respeito a lecionar a disciplina de Sociologia na educação básica. O pesquisador partiu do pressuposto de que para estudar o ensino de Sociologia é necessário considerar as deficiências formativas do professor, a incipiente produção de recursos didáticos e as condições estruturais do trabalho docente.

Apresentando os dados divulgados pelo INEP, a pesquisa mostra que, em 2016, Alagoas contava com 536 professores de Sociologia. Nesse contexto, apenas 13,7 % tinham sua formação inicial na área de Ciências Sociais. Acredita-se que as dificuldades na atuação em sala de aula aconteçam especificamente aos que não possuem formação na área. No entanto, os professores com formação específica na área de Ciências Sociais também apresentaram dificuldades em relação à sua prática pedagógica.

Essas dificuldades motivaram a elaboração do presente estudo. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral compreender como foi construída a formação profissional no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL. A partir desse objetivo se desdobrou um dos objetivos específicos: averiguar as mudanças ocorridas ao longo do tempo (desde a separação em dois cursos, Bacharelado e Licenciatura). Para isso, tomamos como referência os projetos político-pedagógicos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL desde 2006 até os dias atuais. E ainda, para contribuir nessa compreensão, buscamos identificar a visão do corpo docente que atualmente está vinculado à Licenciatura a partir de 5 docentes entrevistados. Inicialmente, também queríamos entrevistar alunos e egressos do curso para saber sua perspectiva dessa formação, mas diante de tantas informações já encontradas, resolvemos nos ater aos documentos e às entrevistas com os docentes.

A pesquisa considera a relação que se estabeleceu primeiramente entre os cursos de Bacharelado e Licenciatura, mas o foco é no segundo, tendo em vista a preocupação com a formação para atuar no ensino médio. Dessa forma, um marco importante é a Lei 11.684/2008 que torna a disciplina de Sociologia obrigatória nas séries do ensino médio da educação básica, muito embora em Alagoas essa disciplina não tenha saído de cena.

O ano em que foi implementado o primeiro projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL (2006) foi o período em que começou o segundo mandato do governo de Luís

Inácio Lula da Silva. Durante seu governo a inclusão social se aprofundou na perspectiva de sua gestão. Segundo Rodrigues (2013), tal momento é permeado pelo discurso que busca o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais,

“Essas concepções representam não apenas de uma posição política do governo Lula mas é fruto de um discurso pactuado a partir de diversas disputas políticas, no atual contexto. E não se restringe ao campo da política educacional, mas é a base da lógica que permeou o governo Lula resumida como a busca por desenvolvimento econômico e social. Assim, as políticas sociais, em geral, estão voltadas à diminuição das desigualdades sociais, seja por meio de ações imediatistas (como o Programa Bolsa Família), seja por meio de políticas afirmativas, bem como a preocupação com a construção de políticas de Estado (e não apenas política de governo, nos limites de compatibilidade do sistema capitalista”.

Naquele contexto, emendas constitucionais alteraram significativamente dispositivos para a educação, ocorrendo uma série de mudanças como por exemplo, a Reforma Universitária, que englobou programas e medidas provisórias como o Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O REUNI tem como objetivo principal ampliar o acesso e permanência na educação superior tal plano foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e foi uma das ações que integrou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O Plano de Desenvolvimento da Educação foi um conjunto de programas que visavam melhorar a educação no Brasil, em todas as suas etapas. Com isso o REUNI proporcionou o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação.

Neste projeto, foram inseridas 8 disciplinas voltadas à formação docente de modo que podemos vislumbrar um ponto de partida para um avanço significativo no que diz respeito à formação dos egressos. Tal documento, naquele momento apesar de ser o documento norteador da licenciatura e chamar a atenção da necessidade de conhecimento de métodos e técnicas pedagógicas que permitam transposição de conhecimentos didáticos para diferentes níveis de

ensino ele não explicita quais caminhos percorrer na prática a formação do licenciado é bem verdade que na matriz curricular diversas disciplinas foram implementadas no que diz respeito a essa prática, no entanto temos a impressão o de que a principal proposta do curso será o exercício da cidadania.

O segundo projeto pedagógico do curso de Ciências Sociais modalidade licenciatura da UFAL teve sua aprovação em 2012 entrando em vigor a partir do primeiro semestre do ano de 2013. Tal projeto entra em vigor durante o governo de Dilma Roussef que foi a primeira mulher a assumir a presidência (no início de 2011). Sua gestão dá prosseguimento a forma do governo de Lula, investindo em políticas sociais e em programas que visam a redução das desigualdades. Nesse período, foram criadas 14 novas universidades federais e centenas de Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

Este projeto chama a atenção para a necessidade da inclusão dos temas da ética e cidadania, da sexualidade, das relações de gênero, da diversidade cultural, meio ambiente, direitos humanos e as questões de poder reconhecendo que a reflexão desses temas no campo das Ciências Sociais é a base na contextualização dos conteúdos. A inclusão desses temas estão de acordo com a resolução nº 01 de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação, tal resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Também está de acordo com a Lei 10.639, janeiro de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e também a Lei 11.645, março de 2008 onde estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O projeto enfatiza que o ensino deve ser ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e também na valorização do profissional da educação escolar. Importante destacar nesse momento que a disciplina de Sociologia já havia sido implementada no currículo e que o curso já dispunha de 5 de professores que tinham também a licenciatura como formação inicial e/ou pesquisavam sobre o campo de ensino. Além das 8 disciplinas

implementadas no projeto anterior foram introduzidas mais 6 disciplinas voltadas para a formação docente passando para 14 disciplinas no total

Em agosto de 2016, houve o golpe parlamentar e empresarial que aprovou o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef liderado por parte da sociedade conservadora. Michel Temer assume a presidência alterando as políticas educacionais que estavam em curso no Brasil. No campo educacional, a gestão democrática passou a conviver cada vez mais com práticas gerencialistas e com a ampliação da influência do setor privado mercantil na elaboração de políticas, do seu conteúdo e execução.

Nesse sentido, o que presenciamos foi o crescimento de parcerias público-privadas substituindo o discurso do direito à educação pelo discurso da oferta de produtos educacionais aos consumidores. Em meio a esse contexto é elaborado em 2017 e implementado em 2018 no curso de Ciências Sociais o Projeto Político Pedagógico de 2018.

Com 164 páginas o projeto pedagógico matriz 2018 é reformulado para fins de atualização teórico-metodológica e adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais e resoluções internas da UFAL, contendo 10 tópicos, além das referências, anexos e apêndices. O Projeto de 2018 primeiramente faz uma contextualização do curso apresentando o contexto regional e local além do histórico do curso já explicitado nos projetos anteriores. É importante salientar que o coordenador do curso nesse período além de Bacharel em Ciências Sociais também é Licenciado em Sociologia. Tal projeto se constitui pela necessidade do processo de aprimoramento do Projeto Pedagógico anterior por conta das demandas instituídas pelo Ministério da educação (MEC) através da resolução CNE/CP nº 2/2015 e pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) por meio da Resolução nº 06/2018 do Conselho Universitário – CONSUNI/UFAL.

Esse novo projeto chama a atenção no sentido em que o curso tem o papel fundamental na contribuição direta ou indiretamente para a transformação do cenário de desigualdade em Alagoas pois compreende o papel da formação de professores no fomento à postura crítica ao combate às desigualdades. Com essa perspectiva o documento prevê os objetivos do curso que são eles:

- Propiciar ao alunado condições de **atualização constante** em relação ao **conhecimento produzido pelas ciências sociais** e à dinâmica do processo **ensino-aprendizagem**, particularmente, na perspectiva voltada ao entendimento das ciências sociais, propiciando a sua **positiva intervenção na perspectiva interdisciplinar**;
- Possibilitar aos/as alunos/as, a partir da incorporação de metodologias e ações que envolvem o **planejamento e organização de recursos** e serviços para a promoção da **acessibilidade, o desenvolvimento pleno de suas competências acadêmicas**;
- Fomentar, no processo contínuo e interdisciplinar da **aprendizagem** para nossos discentes, a **transversalidade**, incluindo – a partir da incorporação nas ementas das disciplinas, na pesquisa, e na extensão – temáticas relacionadas às **questões étnico-raciais, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental**;
- Desenvolver **práticas de inclusão e acessibilidade**, fomentando a construção de **estratégias metodológicas e avaliativas** que favoreçam a **participação de estudantes** com diferentes condições e funcionalidades;
- Fornecer os elementos que possibilitem aos/as alunos/as egressos/as do curso, atuar nos diferentes contextos que envolvem a **gestão pedagógica, a partir do comprometimento com a ética profissional;**” (PPP, 2018, p. 19)

Observando esses objetivos, percebe-se que esse documento prevê que o conhecimento em Ciências Sociais não é estático de forma que é necessário uma atualização constante desse conhecimento no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, sendo necessária uma perspectiva interdisciplinar. Para isso é preciso planejamento e organização de recursos para que o aluno tenha acessibilidade e desenvolva suas competências acadêmicas. A aprendizagem será baseada na transversalidade e o documento aponta a importância das temáticas relacionadas às questões étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental. Nesse contexto,

o projeto também prevê a inclusão de e acessibilidade dos alunos com diferentes condições e a preocupação de formar esses alunos para que possam atuar também na gestão pedagógica com comprometimento e ética profissional. Importante destacar que essas preocupações quase não aparecem em contextos anteriores. Nesse projeto pedagógico, além das 8 disciplinas implementadas em 2006 e das 6 introduzidas em 2013 foram incorporadas mais 9 disciplinas voltadas à formação docente passando para um total de 18.

As entrevistas realizadas com os docentes fazem-nos refletir e direcionar nosso pensamento para entendermos como se constitui e se constitui o processo de formação docente no curso de Ciências Sociais da UFAL. Para nossa análise foram escolhidas a fala de quatro professores onde dois deles são professores que atuaram no curso desde a implantação do primeiro Projeto Político Pedagógico e os outros dois professores que passaram a lecionar no curso com a implementação do Projeto Pedagógico de 2013 até os dias atuais. Selecionamos os trechos mais significativos para nosso objetivo. O roteiro de entrevista foi dividido em dois blocos onde o primeiro bloco com 10 perguntas versam sobre a sua identificação e formação profissional e o segundo bloco com 16 perguntas, sobre sua atuação enquanto docente no curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Alagoas.

Diante das respostas dadas pelos docentes, percebemos que a maioria deles não mudaram sua prática de ensino, mesmo com a orientação do documento norteador chamando a atenção da necessidade da preocupação com a prática docente. Mesmo sendo professores do eixo de formação específica de cunho antropológico, político ou sociológico. Então poderíamos dizer que tais ações fazem parte de uma ideia de cursos voltado para uma lógica bacharelesca. Segundo OLIVEIRA, LOPES (2015) baseadas em Laclau, discurso deve ser entendido como uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e simbólica simultaneamente, na medida em que o material não existe separado de sua significação. Discurso é prática – daí a ideia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, instituições, são ações de significação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram observados os três Projetos Pedagógicos do curso de Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. O projeto do ano de 2006 é o primeiro da modalidade licenciatura. Tal projeto aponta uma carga horária total do curso com 3420 horas, tendo uma duração mínima do curso de 4 anos e máxima de 7 anos neste período o curso oferecia 40 vagas. Neste projeto é apontado que o curso formará profissional apto para atuar no magistério da Educação básica, seja na docência da sua área de competência (Antropologia, Sociologia, e Ciência Política) ou na gestão do trabalho educativo e tendo como campo de atuação instituições públicas e privadas de Educação Básica (ensino fundamental e médio). Na vigência desse projeto foram incluídas 7 disciplinas voltadas para a formação docente.

O projeto pedagógico de 2013 atualiza o documento de 2006. O novo documento reafirma a perspectiva de formar profissionais com conhecimentos e práticas voltadas principalmente para a educação básica, com conhecimentos sólidos sobre o fundamento das Ciências Sociais e com a necessidade desse profissional ter conhecimento sobre estratégias para a transposição do conhecimento científico social em saber escolar. A carga horária do curso passa a ter 3180 horas distribuídas em três eixos de formação: Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre. O eixo de Formação Específica é formado por disciplinas para a formação em Ciências Sociais com 920 horas e disciplinas para a formação docente também com 960 horas. Nesse projeto as disciplinas para a formação docente passam de 7 para 14. O Projeto Pedagógico matriz de 2018 tem como finalidade formar licenciados em Ciências Sociais em condições de atuarem nas escolas da rede pública e privada da Educação Básica, de acordo com as atuais exigências pedagógicas. Para efeito de adequação às orientações, tais eixos da organização curricular anterior foram resignificados e passaram a ser denominados de Núcleo de Formação Geral, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação e Núcleo de Estudos Integradores. Passando a ter uma carga horária total com 3582 horas o projeto prevê disciplinas para a Formação Docente com 774 horas e também disciplinas voltadas para Saberes e Práticas em Ensino com 400 horas. Agora essas

disciplinas somam um total de 25. O quadro docente a partir do ano de 2018 passa a ter 29 professores.

Feita a análise dos Projetos Político Pedagógico implementados ao longo dos anos no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas percebe-se a preocupação e a exigência de novos sentidos no que diz respeito a formação do professor que vai atuar no ensino médio, no entanto ao observar a formação dos quadro docente do curso de Ciências Sociais/Licenciatura da UFAL em sua grande maioria é pautada de uma perspectiva bacharelesca, poucos professores possuem licenciatura como formação inicial ou são envolvidos em alguma discussão no que se refere a formação de professores para atuar no ensino médio, isso parece refletir diretamente em sua prática docente. Isso nos faz entender que ainda existem amarras na lógica de um modelo de universidade pautada numa perspectiva alemã e em especial no primeiro projeto pedagógico do curso quando a licenciatura não era dissociada do bacharelado. Segundo OLIVEIRA (2017) “A montagem do nosso primeiro projeto aprovado pelo MEC teve como referência os currículos de cursos de Ciências Sociais bem-conceituados na CAPES, como o da UFMG, da UFRGS, UFPE e UNB (todos recebidos pelos correios, por gentileza de amigos que tínhamos nestes cursos, num mundo antes da internet). Ao entrevistar o quadro docente foi entendido que mesmo sendo preconizado pelo Projeto Político Pedagógico atual que a preocupação com a prática de ensino não exclui a responsabilidade de ser incorporada às disciplinas do eixo de formação específica que versam sobre o conhecimento de cunho sociológico, antropológico e político, tais professores entendem que essa preocupação é restrita ao Departamento de Educação. Nesse sentido, podemos concordar com DIAS, LOPES (2009) que:

“a incorporação de diferentes discursos nos documentos curriculares é resultado de um complexo processo de negociação, pelos diferentes sujeitos e grupos sociais, de sentidos em torno das políticas. Essa complexa produção acaba por transformar esses textos em ambivalentes, marcados por proposições com variados sentidos, por vezes aparentemente contraditórios, resultando em documentos curriculares híbridos, garantindo desse modo uma possível legitimidade do

texto diante de uma comunidade reconhecida. Essa ambivalência expressa também a disputa que ocorre no campo acadêmico ou mesmo nas entidades associativas que se dedicam às discussões em torno da formação de professores”

Dessa forma, pode-se pensar que mesmo com as reformas curriculares implementadas ao longo dos anos pode haver lacunas no que diz respeito a formação do licenciado em Ciências Sociais em Alagoas. Isso já havia sido apontado por GAUDENCIO, SOUZA, NUNES (2017) em relação às propostas de formação docente que de fato ensine ao egresso o exercício de conversão de conteúdos acadêmicos a conteúdos didáticos para a compreensão dos alunos do ensino médio.

Apesar de as propostas mencionadas estarem definidas legalmente, existe uma distância que separa os objetivos apresentados de sua efetiva materialização. O que consta na experiência, principalmente se tivermos como referência os primeiros anos de implementação do Projeto Pedagógico de 2006, é a verificação de um tímido esforço em prol do atendimento dos propósitos do referido Projeto Pedagógico do curso, especialmente em se tratando de vinculação teórico-prática, o que acaba impactando diretamente na formação do graduando e, ainda, na educação básica, na qual o licenciado atuará como professor.

O cenário sofreu alterações ao longo do tempo mas ainda esbarra em problemas desafiadores. Durante o período de 2006 a 2014 havia apenas um professor de estágio supervisionado para todo o curso. A partir de 2015 mais um professor foi disponibilizado. Em 2011 houve a inserção do curso de Licenciatura no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Ainda tomando as palavras de GAUDENCIO, SOUZA, NUNES (2017) embora tais implementações de melhorias estejam em curso, o cenário ainda não apresenta como promissor, haja vista que muitas dicotomias instituídas entre os cursos de licenciatura e bacharelado estão longe de serem resolvidas. Ainda em 2020, essas dicotomias existem, pois, a ação dos docentes ainda estão pautadas por uma lógica bacharelesca

onde um discurso voltado para essa lógica se perpetua apesar dos documentos norteadores apontarem para um outro caminho.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. J. **Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade**. Revista portuguesa de Educação. Vol. 15 n. 02 p. 3-23, 2002.

BRASIL. Parecer CNE/CES Nº 492/ 2001, de 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos curso de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

BODART, Cristiano das Neves. **Prática de Ensino de Sociologia: As Dificuldades dos professores Alagoanos**. Mediações Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 23 nº 2 p. 455-491, Maio/Ago 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução **CNE/CP N. 492, de 03 de abril de 2001**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução **CNE/CP N. 17, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

_____. **Lei n. 11684 de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

BRUNETTA, Antonio Alberto (org) et. al. **Dicionário de Sociologia**. 1ª ed. Maceió; Al: Editora Café com Sociologia.

FOUCALT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil 1996. 3ª Edição.

FREITAS, Leandro Klineyder Gomes de. **Currículo e Formação Docente no Curso de Ciências Sociais/UFPA: configurações, continuidades e rupturas (1963-2011)**. Tese de Doutorado, Belém/PA 2013.

GAUDENCIO, Júlio Cezar, SOUZA, Jordânia de Araújo. NUNES, Noélia. **Formação de Professores no Instituto de Ciências Sociais (ICS/UFAL): Considerações a Partir do Curso de Licenciatura Presencial** in História e Memória das Ciências Sociais em Alagoas/[organizado por] Luciana Santana, Bruno César Cavalcanti. Ruth Vasconcelos – Maceió: EDUFAL, 2017.

SOUZA, Jordânia de A; MARINHO, Noélia N.; GAUDENCIO, Júlio Cezar. **Ensino e docência: desafios para a formação e atuação de professores de Sociologia/Ciências Sociais**. Revista Política e Sociedade, Florianópolis/SC, Vol. 14, nº 31, 2015, p. 63-86.

LOPES, Alice C., MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas Políticas de Currículo**. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.33-52, jul/Dez 2006.

LOPES, Alice C., BORGES, Veronica. **Currículo, Conhecimento e Interpretação**. Currículo sem Fronteiras, v.17, n3, p.555-573, set./dez. 2017

MACEDO, Elizabeth. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural**, Revista Brasileira de educação. V.11 n. 32 maio/ago. 2006.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Marcia dos Santos; TELLO, César. Análise de Políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos in Políticas educacionais: questões e dilemas/ Stephen J. Ball, Jefferson Mainardes (organizadores) São Paulo: Cortez.2011

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: atlas, 2002.

MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino Superior Brasileiro – transformações e perspectivas**. Editora brasiliense, 1989.

MELO, Elda Silva do Nascimento do. OLIVEIRA, Karla Michele de. **Formação de professores em Ciências Sociais; identidades e representações**. Revista Inter-Legere, v.1 n.13, p. 202-218, 5 set. 2013.

MICELI, Sergio. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil** – Volume 1–São Paulo, Vértice. Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

MORAES, Amaury Cesar, Curso de Ciências Sociais: Currículo, mercado e formação docente. Perspectiva, Florianópolis. V.35n 1 p17-32 jan/mar 2017.

MORAES, Amaury César. O ensino de Sociologia: mediação entre o que se aprende na universidade e o que se ensina na escola. Teoria e Cultura, 2017: 21-23

MORAES, A. C. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo Social, São Paulo, v. 15, nº 1, abr. 2003, p. 5-20. n. 2, ago. /dez. 2015, p. 187-203.

OLIVEIRA, Ana de. LOPES, Alice Casimiro. **A abordagem do ciclo de políticas: Uma leitura pela teoria do discurso**. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel/Pelotas [38]:19-41, Janeiro/Abril 2011.

OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. As **Ciências Sociais em Alagoas: Notas sobre as graduações presenciais** in História e Memória das Ciências sociais em Alagoas/[organizado por Luciana Santana, Bruno César Cavalcanti, Ruth Vasconcelos; autores Alice Anabuki Plancherel ...[et al] – Maceió: EDUFAL, 2017. P.141-153.